

ENTENDENDO A DESINFORMAÇÃO: ALGUMAS DETERMINAÇÕES E UMA PROPOSTA DE CONCEITUAÇÃO

Unveiling disinformation: some determinations and a concept proposal

Wérleson Alexandre de Lima Santos
Universidade Federal de Pernambuco,
Departamento de Ciência da Informação,
Recife, Brasil
werleson.santos@ufpe.br

<https://orcid.org/0000-0002-4682-6874> 

Hélio Márcio Pajeú
Universidade Federal de Pernambuco,
Departamento de Ciência da Informação,
Recife, Brasil
helio.pajeu@ufpe.br

<https://orcid.org/0000-0002-0657-1088> 

A lista completa com informações dos autores está no final do artigo 

RESUMO

Objetivo: Realizar aproximações teóricas a respeito da desinformação tendo em vista suas relações com o capitalismo.

Metodologia: Pesquisa exploratória tendo como instrumento principal a pesquisa bibliográfica, e como norte epistemológico o materialismo dialético. Realiza uma investigação teórica que visa contribuir para um entendimento geral sobre desinformação, aplicando uma visão materialista que tem base em teorias marxistas e bakhtinianas, além das contribuições dos estudos de autores da Ciência da Informação como Capurro, Buckland e Dantas. Trata de questões envolvendo as estratégias de dominação burguesa, em especial de forma discursiva por meio da formação de consenso através da perpetuação de ideologias materializadas em gêneros discursivos.

Resultados: Traz determinações basilares para a compreensão da desinformação envolvendo seu teor e sua forma de atuação; aponta três níveis de circulação nas dimensões da infraestrutura e da superestrutura, além de elencar tipologias e dimensões de manifestação, propondo sua conceituação enquanto um fenômeno material.

Conclusões: O combate à desinformação vai muito além de combater informações falsas e isso demanda articulações teóricas e práticas mais complexas que envolvem o funcionamento da sociedade como um todo.

Palavras-chave: Desinformação. Capitalismo. Informação e sociedade. Conceitos de informação. Dominação ideológica.

ABSTRACT

Objective: To carry out theoretical approximations regarding disinformation in view of its relations with capitalism.

Methodology: It is an exploratory research having bibliographical research as its main instrument, and dialectical materialism as its epistemological compass. The research conducts a theoretical investigation that aims to contribute to a general understanding of disinformation, applying a materialist view that is based on Marxist and Bakhtinian theories, in addition to the contributions of studies by Information Science authors such as Capurro, Buckland and Dantas. It deals with issues involving bourgeois domination strategies, especially in a discursive way through the creation of consensus through the perpetuation of ideologies materialized in discursive genres.

Results: Brings basic determinations for understanding disinformation involving its content and form of action; points out three levels of circulation in the dimensions of infrastructure and superstructure, in addition to listing typologies and dimensions of manifestation, proposing its conceptualization as a material phenomenon.

Conclusions: Combating disinformation goes far beyond combating false information and it requires more complex theoretical and practical articulations that involve the functioning of society as a whole.

Keywords: Disinformation. Capitalism. Information and society. Information concepts. Ideological domination.

1 INTRODUÇÃO

Em seu histórico, a Ciência da Informação se propôs a, dentre outras tarefas, se debruçar sobre os problemas informacionais na tentativa de solucioná-los. O que a realidade tem nos mostrado é que, talvez, um dos grandes desafios de nosso tempo seja o enfrentamento à desinformação, que ganhou proporções ainda maiores com o advento das novas tecnologias, em especial com as mídias sociais.

Defendemos a ideia de que, para solucionar qualquer problema, devemos primeiramente conhecê-lo, e um desafio que se coloca em relação à desinformação é justamente a amplitude de definições que, por não aparentarem chegar a um consenso (ou atuarem sob um horizonte estratégico comum), correm o risco de tornarem as ações de combate a desinformação um tanto quanto precarizadas.

Essa divergência é constatada por Araújo (2021), ao afirmar que, na literatura científica, a desinformação vem sendo trabalhada tanto como a articulação de informações falsas para enganar as pessoas, como também o efeito causado pelo acesso a informações falsas. Ao mesmo tempo, ao recorrer a autores como Wardle e Derakhshan (2017) e Fallis (2015), a definição que teremos sobre desinformação é sobre uma informação falsa compartilhada intencionalmente para enganar. Com essa pluralidade, surge uma problemática sobre compreender se desinformação é uma informação falsa, um efeito, uma articulação estratégica ou, de alguma forma, tudo isso ao mesmo tempo.

Contudo, algo que pode ser observado é que o uso da desinformação geralmente está articulado com interesses capitalistas de defesa da classe dominante. Podemos ter como exemplo disso a constatação feita pela Comissão Parlamentar de Inquérito da Pandemia no Brasil que revelou articulações entre o Ministério da Economia do Governo Bolsonaro, junto com empresas e personalidades, para financiar e propagar desinformação a respeito de vacinação e da Covid-19, em especial endossando o discurso contrário ao isolamento social em defesa da economia (Brasil, 2021).

Além disso, existe não só a constatação de que muitas empresas de *big tech* lucraram com o compartilhamento de discurso antivacina durante a Pandemia de Covid-19, como a de que uma das bases das *fake news*, por exemplo, é a sua conexão com o lucro gerado para aqueles que a criaram (Center For Countering Digital Hate, 2020; Bucci, 2019).

Essas constatações nos lançam num horizonte de realizar aproximações teóricas sobre o que seria a desinformação tendo em vista seu comportamento na materialidade. A pesquisa, portanto, configura-se como exploratória, feita por meio de uma investigação bibliográfica, no intuito de reunir uma base teórica que dê cabo de dar início a uma

discussão que vise trazer suas relações com o capitalismo, usando como norte epistemológico o materialismo dialético. Apresentamos aqui algumas determinações que serão base para a discussão que desejamos fomentar, de forma a não fechar nosso objeto em uma definição completa, mas ainda assim propor um direcionamento para seu entendimento.

Este trabalho não tem o intuito de formar uma espécie de teoria geral da desinformação. Ele tenta, na verdade, dar os primeiros passos no que poderia ser uma discussão sobre desinformação com um viés mais materialista, e instigar as discussões a respeito de qual horizonte almejamos quando falamos de combate à desinformação.

2 INFORMAÇÃO, IDEOLOGIA E DISCURSO: PRIMEIRAS DETERMINAÇÕES

O primeiro ponto que devemos nos ater para dar início a discussão que pretendemos sobre desinformação, e conseqüentemente a primeira determinação que buscamos trazer, é a sua relação com discurso e dominação ideológica. Podemos tornar esse ponto mais claro ao recorrermos a Capurro e Hjørland (2007, p. 155) e sua aproximação com o caráter dialógico da informação ao afirmarem que “informação é aquilo que é informativo para determinada pessoa”, isto é, qualquer coisa pode ser considerada informativa desde que faça sentido para alguém. A informação, portanto, não estaria estritamente ligada a um suporte (livros, documentos administrativos, matérias de jornal, etc.), mas sim, aos contextos culturais e sociais dos sujeitos em sua interação com o mundo.

Qualquer coisa pode ser informação, mas nem tudo será informação para todos. Essa atribuição do que é informação diz mais a respeito da interpretação do sujeito do que a essência da informação em si; essa interpretação que atribui o caráter informativo se relaciona com o contexto e a formação social do sujeito, tendo relação não somente com o momento imediato do contato com a informação, como também com sua trajetória de formação e todas suas interações ao decorrer da vida.

Há uma convergência entre os autores e Fallis (2015) quando este último afirma que informação é aquilo que representa o mundo de determinada forma para alguém. Ambas as definições, mesmo que não coloquem nesses termos, estão tratando a informação enquanto um elemento sógnico da realidade, isto é, como uma representação que se remete ao mundo material dotada de sentido e significado (Volóchinov, 2018).

Como bem afirma Silva (2016, p. 76), “toda informação está atrelada a fenômenos ideológicos que podem ser reconhecidos”, e acreditamos que as relações entre signo, ideologia e discurso são a chave para realizar esse reconhecimento. Na teoria bakhtiniana,

todo signo é signo ideológico, pois é dotado de significação e sentido que são construídos pelos sujeitos socialmente organizados dentro de um percurso histórico. Sobre a natureza do signo, Volóchinov (2018, p. 94) nos diz que muito além de um reflexo da realidade, ele é “também uma parte material dessa mesma realidade. Qualquer fenômeno ideológico sígnico é dado em algum material: no som, na massa física, na cor, no movimento do corpo e assim por diante”; ou seja, qualquer signo ideológico é dado a partir de um registro do qual pode ser absorvido e sofrer um processo de intelecção e interpretação.

Ainda segundo Volóchinov (2018), a formação da consciência se dá a partir da subjetivação de signos da realidade e sua esquematização dentro do sujeito, inserido em uma relação material e dialógica. As formas de pensar são geradas a partir da inserção dos sujeitos na realidade, e suas consciências estão cheias de sentidos que são forjados na realidade; é neste sentido que Marx e Engels (2007) afirmam que o “espiritual” está contaminado pelo “material” - a realidade concreta e objetiva, e todos os conflitos e contradições que a compõem, é que vai ajudar na formação da consciência.

Para ajudar a elucidar melhor essas questões, é preciso evidenciar que, ideologias são um conjunto de ideias provenientes de um grupo de sujeitos socialmente organizados que dialogam com seus interesses materiais, ajudam no embasamento e justificação de atitudes e decisões e pautam seu modo de vida e visão de mundo. Para Eagleton (1997), o componente basilar da ideologia é o fato de que ela se conecta com questões relacionadas ao poder, ou seja, para justificar ações que visam a manutenção do poder por determinado grupo, ou sua subversão por outrem.

As ideologias constituem aquilo que chamamos de superestrutura, ou seja, um conjunto de legitimações jurídico-políticas, valores, crenças e formas de consciência formadas a partir das relações estabelecidas pela infraestrutura, ou base – isto é, os sujeitos em suas ações e relações do cotidiano (Harnecker, 1973).

Podemos entender a infraestrutura como as relações materiais de produção e reprodução da vida estabelecidas pelos seres humanos no decorrer de sua existência. Desse compêndio de relações, será forjada uma superestrutura, que se constitui como o reflexo imaterial das relações materiais, e a forma cultural, jurídico-política e ideológica pelas quais os sujeitos disputam seus significados e formas de constituição.

Ainda sobre ideologia, Lênin (2020) afirma que não existe ideologia “extraclasse” ou “supraclasse”, pois não é possível, na forma como a sociedade capitalista se constitui, que um pensamento seja formado sem estar conectado, em alguma medida, a questões materiais de classe. Para o autor, essas ideologias são de dois tipos: burguesa e socialista,

as quais possuem suas manifestações ideológicas. Essas duas categorias não devem ser encaradas como formas estáticas e rígidas (como se todo trabalhador fosse inerentemente socialista, por exemplo), mas como uma abreviatura para uma série de ideias espalhadas no tempo e no espaço (Eagleton, 1997).

Essas duas categorias são os núcleos centrais de onde e para onde as ideias fluem, principalmente levando em conta que a ideologia não se afirma em um campo metafísico, mas na realidade, de forma concreta (Eagleton, 1997). Isto é, são as ações dos sujeitos, suas decisões e posicionamentos que irão denunciar seu posicionamento ideológico - não é o que se diz sobre o que se faz, mas o que efetivamente é feito, não é o que se fala, mas o conteúdo dessa fala. Mais especificamente, não é sobre o que está no enunciado, mas sim, no discurso (Eagleton, 1997; Volóchinov, 2018; Bakhtin, 2011).

Para Eagleton (1997, p. 177) “todo discurso tem como objetivo a produção de certos efeitos em seus receptores e é emitido a partir de uma “posição subjetiva” tendenciosa”. Todo discurso vai ter um direcionamento, uma intencionalidade, pois sempre que alguém diz algo, o diz direcionado a certa pessoa com uma determinada intensão. Isso se dá por meio da formação de enunciados, isto é, a maneira com a qual a linguagem se sistematiza de forma única, aos quais Bakhtin (2011) vai afirmar que carregam discursos que se organizam sob estruturas relativamente estáveis - gêneros discursivos.

Esses gêneros vão se manifestar de formas simples e complexas, oral e escrita, verbal e não-verbal, sempre carregando seus estilos e conteúdos temáticos em unidades composicionais únicas que ajudarão a distinguir um gênero do outro. Aos simples, Bakhtin (2011) denominará aqueles que pertencem à esfera ética da vida, já os complexos serão aqueles que perdem sua relação imediata com a realidade e ganham um acabamento de uma determinada autoria, sendo estes pertencentes à esfera estética. Como exemplos de gêneros simples nós temos cartas, relatórios, atas de reunião, que são gêneros cuja produção se dá dentro do movimento imediato e contínuo do real; já nos complexos, nós temos as obras literárias, produtos audiovisuais, peças teatrais, e demais tipologias de produções que são dotadas de um teor estético, uma intervenção autoral e um acabamento.

Livros, filmes, documentários, mensagens de WhatsApp, matérias jornalísticas, vídeos de TikTok, dentre outros, são gêneros discursivos que materializam de forma esquematizada ideologias provenientes de uma classe. O que tradicionalmente consideramos como fontes de informação são, em sua essência, gêneros discursivos dotados de um teor ideológico. São meios de difusão de ideias de uma classe para outra (ou para si mesma), que podem servir como instrumentos de dominação ou emancipação.

Contudo, como Volóchinov (2018) afirma, a dominação burguesa não se faz somente de forma coercitiva, pelo uso da força e violência, mas também de forma discursiva. Essa constatação também pode ser vista em Marx e Engels (2007) ao afirmarem que a ideologia dominante de um tempo é a de sua classe dominante, ou seja, “a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante” (Marx; Engels, 2007, p. 47).

Essa dominação vai se dar por meio da superestrutura, materializada naquilo que Althusser (2007) chama de Aparelhos Ideológicos de Estado, isto é, os locais de dominação burguesa que operam por meio da criação de consenso, aquietando as bases populares e assegurando seu domínio. Dois dos campos sobre os quais essa dominação opera, e que o autor elenca, são os campos da informação e da cultura, ou seja, editoras, jornais, mídias de uma forma geral, mas também, bibliotecas, arquivos e museus.

Se a desinformação possui em seu cerne de definição o uso de informações falsas para enganar, e se, mediante a realidade, observamos que ela é usada para defender os interesses de classe da burguesia, afirmamos então que a desinformação seria uma forma de dominação ideológica. Ao conduzir membros da classe trabalhadora a, por exemplo, defenderem o fim do distanciamento social em detrimento do lucro do empresariado, ou ao condicionarem esses mesmos sujeitos a 'demonizar' movimentos sociais e partidos políticos de esquerda, a desinformação opera como uma forma de alienação da classe trabalhadora em relação a sua situação material e os condiciona à defesa de interesses que lhes são contrários.

Os mais diversos veículos de informação e comunicação podem (e são) instrumentos de dominação ideológica e, conseqüentemente, de desinformação. Essas produções ideológicas circulam pela sociedade através da atuação de aparelhos ideológicos, materializados em gêneros do discurso tais como os livros didáticos publicados pelas editoras e adotados pelas escolas e secretarias de educação; filmes e séries produzidos e escolhidos para serem disponibilizados em plataformas de *streaming*; matérias jornalísticas veiculadas em horário nobre na TV; vídeos e mensagens de texto que circulam nas mais variadas mídias sociais, dentre uma infinidade de exemplos.

Os produtos postos para serem produzidos, circulados e distribuídos não são escolhidos por acaso, já que controlar não somente o que se conhece, mas também como se conhece e quais significados podem surgir, são formas eficientes de dominação. Controlar de que forma a realidade será lida pelas pessoas, através de quais informações

serão divulgadas e como elas serão comunicadas, ajuda a moldar a opinião pública, aquietar insurgências populares, bem como criar consenso na base.

A primeira determinação que trazemos então, que visa pavimentar o caminho para a discussão sobre desinformação que pretendemos, é que ela é uma forma de dominação ideológica da classe dominante de alienação e criação de consenso. Entretanto, para dar um corpo melhor a essa determinação, é importante também levar em consideração de que forma a desinformação circula e como ela se apresenta. Existem níveis de circulação de desinformação, e é esse ponto que abordaremos na próxima seção.

3 OUTRAS DETERMINAÇÕES E NÍVEIS DE CIRCULAÇÃO

Ainda bebendo das noções de Capurro e Hjørland (2007) a respeito do caráter dialógico da informação, tratar de seus níveis de circulação requer um contraponto a algumas das noções que vêm sendo tomadas a respeito da temática. Nos escritos de Wardle e Derakhshan (2017) e Fallis (2015), algo que se repete é a definição de desinformação como uma informação falsa compartilhada na intenção de enganar. É muito forte no pensamento dos autores a noção de informação enquanto o registro documental, algo tangível, algo que pode ser fisicamente compartilhado.

Retomando as bases de Capurro e Hjørland (2007), ao centrar a noção de informação enquanto algo meramente tangível, como a notícia falsa enviada pelo WhatsApp, é deixado de lado justamente o cerne circunstancial da informação, e, principalmente, sua circulação em níveis informais. Não existem apenas as informações esquematizadas de forma acabada enquanto um gênero discursivo, há também aquelas da ordem do cotidiano, do dia a dia, de comunicação rápida e fortuita.

Uma informação falsa pode ser comunicada oralmente, passada “de boca em boca”, feita longe de meios de produção e circulação mais elaborados. É possível enganar com uma informação falsa ao dar o direcionamento errado para um turista, por exemplo, mas não necessariamente isso poderia se configurar como uma desinformação se essa informação falsa não foi dada com a intenção de enganar.

Assim como Eagleton (1997) afirma que nem tudo é necessariamente ideológico; segundo o autor, frases como ‘hoje eu tomei banho’, por si só, não possuem caráter ideológico; para que isso ocorra, é necessário que ele se conecte com a justificação ou defesa de determinada ordem. Da mesma forma, nem toda informação falsa será, necessariamente, desinformação, na medida em que existem questões mais concretas

(que se conecta à forma com a qual a desinformação como conhecemos circula e se propaga) que precisam existir para que ela possa ser considerada dessa forma.

Um elemento primordial na definição do que seria a desinformação é o critério da intencionalidade. Para Santo-D'Amorim e Miranda (2021), a intencionalidade e a veracidade são os elementos que diferem a desinformação de uma *mis-information* e má informação. As autoras, tomando como base também Wardle e Derakhshan (2017) trazem que a *mis-information* é aquela informação que é falsa, mas que é comunicada e circula sem a intenção de prejudicar alguém – em termos mais informais, poderíamos fazer um paralelo com aquilo que entendemos como “telefone sem fio”, aquela informação cujo sentido e significado original se perde no processo de comunicação, quando há ruídos no entendimento.

Já a má informação, é aquela que é verdadeira, mas que só circula e é comunicada com a intenção de prejudicar alguém (Wardle; Derakhshan, 2017), como vazamentos de informações sigilosas ou *phishing* por exemplo. Ambas se diferem em relação à desinformação devido seu caráter de intencionalidade e veracidade, como ficou bem dito, mas o que irá diferenciar principalmente uma desinformação de uma *mis-information* é justamente a intencionalidade por trás de sua produção, ou seja, apenas a primeira surge e é posta em circulação com a total consciência de sua fraudulência e com a intenção clara de causar algum mal-entendido.

O dano causado, por exemplo, por um adolescente que informa a data errada de entrega de uma atividade escolar para seu colega, por questões de desavenças, não se compara ao dano causado pelo uso de robôs para espalhar informações falsas em períodos eleitorais. Se ambos os casos forem categorizados como desinformação, então estaremos causando uma banalização do segundo caso, pois isso implicaria dizer que, já que ambas as situações são casos de desinformação, se formos elaborar ações de combate ou de estudo, devemos dá-las a mesma proporção e o mesmo enfoque de tratamento – o que seria errado. Em ambos os cenários há o uso de informações falsas na intenção de causar dano, mas somente um deles pode ser considerado como desinformação.

Os exemplos seriam relativamente mais comparáveis se, em outro cenário, esse adolescente, ainda por desavença com seu colega, criasse uma conta falsa em uma rede social e a usasse para espalhar mentiras; ou se disparasse mensagens em grupos de WhatsApp dizendo que esse colega assediou garotas, por exemplo, ou que espalhou boatos sobre demais estudantes, tudo na intenção de isolar esse colega do resto da escola. Tanto o exemplo da prova quanto o exemplo do WhatsApp ocorrem no mesmo âmbito (das

relações cotidianas informais de menor instância), porém somente o segundo exemplo se compara com um caso de desinformação e pode ser categorizado como tal, e há uma razão muito clara para isso, como desenvolveremos a seguir.

Embora ambos os exemplos possuam os mesmos atores (dois adolescentes), o mesmo ambiente (a escola) e o mesmo tipo de relação (desavenças pessoais), o segundo exemplo possui algo que o primeiro não possui: uma complexificação na forma de espalhar informações falsas, a mobilização de afetos contra determinado alvo e uma camada de apelo às massas. Mesmo em ambos os casos havendo informações falsas intencionalmente comunicadas na intenção de prejudicar, no segundo exemplo há um nível estratégico que o primeiro não possui. E é aqui onde está a segunda determinação sobre a desinformação: é necessário um nível de complexificação estratégica. Não se trata somente de comunicar uma informação falsa, é necessário articulá-la em relação a meios de comunicação de forma ampla para que se crie um cenário determinado que atenda aos interesses de seu criador.

A terceira determinação diz respeito ao alvo de cada um dos cenários. Enquanto no primeiro cenário a informação falsa é comunicada diretamente para o sujeito que se pretende prejudicar, no segundo, ela é direcionada para as pessoas que se relacionam com o alvo, buscando prejudicá-lo a partir das ações tomadas pelos outros sujeitos em relação a ele. Sendo assim, para além de dotar de um nível de complexificação estratégica, ela se caracteriza também por uma dimensão de apelo às massas para mobilização de afetos.

Tomando como base essas determinações, e nos apoiando nos estudos sobre ideologia trazidos na seção anterior, observamos que a desinformação circula tanto na dimensão da infraestrutura, quanto da superestrutura. Quando se trata da infraestrutura, o seu primeiro nível é um nível informal e cotidiano, no qual os interesses individuais aos quais a desinformação atende podem ser localizados em um determinado sujeito, isto é, acontece dentro de uma esfera micro de relações pessoais entre sujeitos com certa proximidade.

O segundo nível também ocorre no ambiente da infraestrutura, mas já possui uma carga ideológica mais forte, por justamente se tratar da reprodução de questões que se ligam a reprodução de ideologias de determinada ordem social. É a reprodução, na infraestrutura, de elementos ideológicos cristalizados na superestrutura.

Seria quando, por exemplo, o pai de um estudante da rede privada que, ao não gostar de um professor por considerá-lo inapropriado para seu filho, espalha boatos no WhatsApp a respeito do profissional com o objetivo de mobilizar os demais responsáveis

em torno de pressionar a escola a demiti-lo - por mais que ocorra também no cotidiano, as relações se conectam com questões estruturais mais amplas como a escola enquanto propriedade privada, os pais e responsáveis em posição de coerção e o professor enquanto trabalhador.

O terceiro e último nível configura-se com um caráter estrutural, com a desinformação usada em grande escala, voltada para grandes massas ou dialogando com questões mais amplas que dizem respeito à vivência em sociedade como um todo. Esses “interesses individuais” são os interesses de uma classe voltada para si mesma, que pretende enganar e dissimular para atender seus objetivos enquanto um grupo que comunga dos mesmos interesses materiais. Trata-se justamente da desinformação operada na superestrutura, por meio do uso dos aparelhos ideológicos, como forma de perpetuação de ideologias da classe dominante e a criação de um cenário que lhe seja favorável.

Assim, a desinformação se configura pelo uso de informações falsas para enganar, mas que se dota de uma complexificação estratégica, mobilização de afetos e apelo às massas. Ela circula em três níveis diferentes, tendo essas determinações adaptadas às condições de cada um. O primeiro nível, que chamaremos de nível informal, sendo o mais baixo, é onde a desinformação diz respeito a questões individuais e afeta pequenos alvos, dentro de uma dinâmica de relações pessoais sem necessariamente ser uma reprodução direta das relações de classe.

O segundo nível, que chamaremos de nível cotidiano-estrutural, é um intermediário, que também se dá em relações menores e afetando grupos pequenos cujo criador pode ser identificado de forma mais fácil, mas cujo teor da mensagem se conecta a questões estruturais de reprodução de ideologias de opressão. Visa utilizar-se de uma posição social de poder conquistada por seu criador a partir de questões de violência, exploração e opressão provindas de fatores estruturais, como relações de classe, raciais, de gênero, dentre outros.

O terceiro e último nível, cujo nome daremos de nível estrutural, é o maior e mais alto nível na articulação de informações falsas. Aqui estamos tratando dos efeitos da desinformação na própria dinâmica da sociedade, em suas crenças, e principalmente nos efeitos sobre grupos sociais inteiros - inclusive partidos políticos, movimentos sociais e demais representações de classe. Aqui trata-se da articulação feita pela classe dominante para manter sua situação de poder e serve, inclusive, de fonte de alimentação para

desinformações que vão circular no nível cotidiano-estrutural. Esse é o nível mais danoso e aquele cujos esforços demandam maior dedicação e amplitude.

4 TRIDIMENSIONALIDADE, TIPIIFICAÇÕES E UMA PROPOSTA

Munidos das compreensões sobre esses três níveis, bem como as determinações da desinformação enquanto dominação ideológica, articulação estratégica e mobilização de massas por meio de afetos, observamos ser importante agora entrar na exploração acerca de uma compreensão mais ou menos agregadora sobre desinformação. Como mencionamos anteriormente, a desinformação é compreendida pela produção científica em geral tanto como a informação falsa, quanto a articulação dessas informações falsas, como os efeitos causados por essa articulação, porém essa compreensão se dá de forma fragmentada, como se uma não fosse necessariamente parte interdependente da outra. Nesse sentido, acreditamos que essas definições não são, em sua essência, necessariamente contraditórias, mas que na verdade vêm se dedicado a olhar para partes isoladas sem a perspectiva da totalidade de algo mais complexo.

Para dar início a um trabalho do desenvolvimento dessa noção que busque uma totalidade sobre a desinformação, recorreremos à Buckland (2017) com sua compreensão acerca das dimensões da informação. Para o autor, existe a ‘informação-enquanto-coisa’, ‘enquanto-conhecimento’ e ‘enquanto-processo’, que dão conta de abarcar, respectivamente: aquilo do qual se extrai a informação, o ato de se tornar informado e o ato de informar.

Fazendo um paralelo, podemos afirmar que o fenômeno desinformacional atua em três frentes, nas quais estão a ‘desinformação-enquanto-coisa’ (aquilo que desinforma), ‘desinformação-enquanto-conhecimento’ (o estado do sujeito desinformado) e a ‘desinformação-enquanto-processo’ (o ato de desinformar). Estas três categorias de (des)informação se conectam com as três dimensões da informação trazidas pelo próprio autor, quais sejam: a dimensão física, a cognitiva e a social. O autor afirma que

A habilidade de influenciar o que é conhecido dentro de um grupo pode ter consequências políticas, econômicas e práticas importantes. O que as pessoas sabem é parte constituinte de sua cultura, e saber, acreditar e entender sempre ocorrem dentro de um contexto cultural. Desta forma, informação sempre tem aspectos físicos, cognitivos e sociais que nunca podem ser verdadeiramente separados (Buckland, 2017, p. 51, tradução nossa).

Mais nitidamente, a 'informação-enquanto-coisa' está conectada com a dimensão física, da mesma forma que a 'enquanto-conhecimento' conecta-se com a cognitiva e a 'enquanto-processo' com a social. No paralelo traçado, a dimensão física do fenômeno desinformativo diz respeito às informações enganosas verdadeiramente compartilhadas, ou seja, o registro produzido que contém a informação enganosa que foi disseminada, isto é, nas definições de Buckland (2017), o documento.

A dimensão cognitiva do fenômeno desinformativo refere-se ao estado de caos e confusão causado pelo compartilhamento de informações enganosas, em consonância com uma das visões apontadas por Araújo (2021). Tratam-se das pessoas e das atitudes desinformadas por elas adotadas tomando como base as informações que receberam, em outras palavras, o conhecimento gerado por essas informações e as decisões dele decorrentes.

Por último, a desinformação em sua dimensão social se conecta com a informação-enquanto-processo de Buckland (2017), mas para essa compreensão é necessário fazer algumas considerações. O processo individual de como o conhecimento explícito se torna tácito não ocorre de forma isolada do meio social, já que o acesso a esse conhecimento, a forma com a qual ele vai estar disposto, bem como seus significados são mediados pelo meio social. Nenhum processo de informar e se informar acontece isolado do meio social, mas por conta dele, dentro dele e a partir das condições materiais que ele fornece. Todo processo de se informar será afetado pelas interações do sujeito com seu meio de forma remetente às condições materiais históricas que formaram esse meio.

Sendo assim, apesar de basilar, o texto de Buckland (2017) por si só não dá conta de trazer o aporte necessário para a explanação da relação entre processo de informação e sua dimensão social. Desta forma, longe de abandonar as contribuições que o autor pode trazer, observamos que essa relação pode ser melhor desenvolvida se recorrermos a Dantas (2012) e sua compreensão acerca da informação.

Para o autor, a informação é processo, mas não qualquer tipo: ela é um processo de trabalho. Para o autor, a informação

será um processo pelo qual o dispêndio de energia por parte de um agente qualquer, visa, teleologicamente, recuperar, mesmo parcialmente, aquela energia que o próprio agente depende ou dissipa, e que não pode deixar de dissipar, por força das leis da termodinâmica (Dantas, 2012, p. 288)

Ao passo em que a informação é um processo dialógico comunicacional de estabelecimento de significados por meio da intelecção de signos no meio material (Dantas, 2012), ela é um processo de trabalho na medida em que demanda o empenho de energia e tempo do sujeito para a geração de seu produto que, nesse caso, é o conhecimento. Da mesma forma que existe o cansaço físico do sujeito ao depositar uma força de trabalho na construção de um muro, por exemplo, também há o desgaste do corpo no processo de trabalho da informação. Não à toa há a sensação de cansaço e estafa após longas horas estudando – esse cansaço é fruto do processo de trabalho de extrair informação para transformá-la em conhecimento.

Na teoria marxista, o processo de trabalho é aquele no qual o trabalho desempenhado por um sujeito é depositado na construção de determinado produto que possui valores de uso, entendendo aqui ‘valor de uso’ como a utilidade que determinada mercadoria tem para seu usuário, e ‘trabalho’ como a interação de uma pessoa com o mundo material que conscientemente o modifica de acordo com um determinado propósito (Processo, 1988).

O processo de trabalho é composto por três elementos: o objeto sobre o qual se trabalha, os meios sob o qual se desempenha o trabalho, e a atividade humana realizada no processo de produção. Os objetos sobre os quais se trabalha são dois: a matéria bruta, isto é, aquela presente na natureza que o trabalho a extrai para modificá-la, e a matéria-prima, que é a substância que sofreu a modificação nesse processo (Harnecker, 1973).

Sob essa ótica, no tripé ‘dado-informação-conhecimento’, podemos dizer que os dados são a matéria bruta sobre a qual se é extraída a informação, que é a matéria-prima do conhecimento – o produto final. É como a madeira extraída da natureza (matéria bruta), que é aplanada em uma fábrica (matéria-prima) e que depois é utilizada para a construção de móveis (produto final), por exemplo. Entretanto, diferentemente de demais produtos, na qual a força de trabalho se traduz enquanto trabalho ‘morto’, ou ‘congelado’ – isto é, o trabalho que foi desempenhado em um processo prévio que se materializa em um objeto externo ao sujeito – o processo de trabalho da informação é ‘trabalho vivo’, já que, diferentemente de outras matérias-primas, a informação não pode ser tangível (Dantas, 2012).

Não seria surpresa se afirmarem, por exemplo, que livro é informação (ou conhecimento), mas como bem disse Von Foerster (1980 *apud* Dantas, 2012), somente ter um livro não é sinônimo de que alguém estará informado. Utilizando o exemplo do autor, somente andar por uma biblioteca não vai garantir que o sujeito se informe, é necessário

que ele abra o livro, que ele o leia, que dedique tempo e energia para absorver seu conteúdo – a informação só vai existir aí, nesse momento de leitura, nesse processo de trabalho vivo.

Isso se dá porque a formação de sentidos e significados que esse processo gera ocorre dentro de uma relação discursivamente ativa (Bakhtin, 2011). Os sentidos registrados em um livro por seu autor só serão complementados de fato a partir do momento em que eles entram em interação com os sentidos de um leitor, isto é, só se pode dizer que algo é informativo em relação a conhecimentos prévios e compartilhados pelo outro (Capurro, 2007). Sendo assim, um livro não lido não é nada mais do que um amontoado de páginas com palavras e imagens, só haverá informação se os pensamentos de seu autor (materializados nesse documento) entrarem em contato com seu leitor dentro de uma relação discursiva ativa, que demanda tempo e energia – aí está a informação.

Mas, esse processo de trabalho só foi possível por conta dos meios empregados em sua execução que, segundo Harnecker (1973), são em dois sentidos: estrito e amplo. O primeiro são os instrumentos localizados diretamente entre o trabalhador e a matéria sobre a qual ele trabalha, e o segundo, são as condições materiais que favorecem o acesso ao primeiro e a matéria-prima para a execução do trabalho. Se um sujeito não possui a propriedade sobre o segundo, conseqüentemente ele não terá a propriedade sobre o primeiro – ou terá um acesso limitado. Um pescador pode ter uma vara de pescar, mas se o lago não for público, ele não terá os peixes, a não ser que trabalhe para seu dono.

O mesmo se aplica na questão do livro: um autor pode ter computador, papel, caneta e todo o mais necessário para escrever sua obra, mas se ele não tiver uma editora, ele não será publicado, e conseqüentemente não será lido. Então o processo de informação (tanto de informar quanto de ser informado), inevitavelmente, passa por questões que dizem respeito a estruturas sociais que vão para além do sujeito. Se não houver editoras interessadas em publicar determinada obra, ela jamais será posta em circulação, e as pessoas jamais terão acesso àquele conteúdo, estando sujeitos aos desejos comerciais dessa editora em questão ao que deve ser posto em circulação.

É importante ressaltar que, obviamente, com o advento do digital e de algumas plataformas, o processo de publicação de autorias independentes se tornou mais facilitado, porém existem implicações no processo de distribuição dessas obras para uso, que vão desde bibliotecas, até livrarias, escolas, eventos literários, listas de avaliação em jornais e revistas etc, cujo aparato da propriedade privada dos grupos editoriais consegue obter mais vantagem do que as publicações independentes, mesmo com a velocidade do digital. Como aborda Marx (2008), não há como dissociar a distribuição do processo de produção que

deu origem aquelas mercadorias, porém essa é uma discussão que vai para além dos objetivos deste texto.

Diferentemente da informação-enquanto-conhecimento, que diz respeito a uma dimensão particular do sujeito enquanto ser social e que, por mais que possa ser investigada nas suas relações com o coletivo, remete às condições únicas daquele sujeito nas suas interações com esses significados sociais, a informação-enquanto-processo depende de um contexto coletivo, pois esses processos são formados a partir das condições materiais proporcionadas.

Assim, a dimensão social do fenômeno da desinformação dá conta de abarcar o aparato material necessário na articulação de informações falsas para sua disseminação, e conseqüentemente as intenções, ideologias e interesses materiais de classe a ela atreladas – trata-se daquilo que compõe o contexto e que vai influenciar e determinar de que forma será tomado o processo de informar e seus possíveis significados.

Partindo dessas reflexões, a proposta de conceituação, ainda embrionária, que trazemos seria tratar a desinformação como um fenômeno material constituído pela manipulação e cooptação de sujeitos mediante o uso de informações falsas em um nível de complexidade estratégica com o objetivo de manter uma situação de poder; ela ocorre tanto em níveis de menor instância de relações pessoais do cotidiano, quanto em níveis perigosos de maior instância, na qual servem para reproduzir e manter relações de dominação de classe, levando seus alvos a defenderem interesses que, em essência, favorecem apenas o grupo dominante.

Com base na discussão traçada com Buckland (2017) e Dantas (2012), podemos afirmar que a desinformação é composta por três elementos distintos: o documento, o conhecimento e o processo de informação, na qual a primeira seria as informações falsas que estão registradas e são compartilhadas; a segunda, as conclusões formuladas pelas pessoas que receberam as informações e as visões de mundo formadas a partir disso, e a terceira, a articulação dos mais variados elementos materiais de produção de significados e os objetivos empreendidos para a criação das condições ideais que favorecem a manipulação e sua conseqüente situação de dominação.

No desenvolvimento da compreensão da desinformação enquanto um fenômeno, entendemos que ela pode ser tipificada em três formas diferentes, sendo elas: a **desinformação objetiva**, a **desinformação condicionante** e a **desinformação subjetivada**. A desinformação objetiva seriam os materiais desinformativos, isto é, os registros informacionais de teor enganoso e fraudulento que são lidos e compartilhados -

são os gêneros discursivos em si. É sobre esse tipo de desinformação que as contribuições de Wardle e Derakhshan (2017) e Fallis (2015) se dedicam a trabalhar. Já a desinformação condicionante, seriam os ideais desinformadores que carregam as intenções por trás da elaboração das informações falsas. Seriam os interesses de classe aos quais as desinformações atendem, as ideologias que elas carregam ou, em outras palavras, o discurso por trás dos enunciados.

Por fim, a desinformação subjetivada seria o conhecimento gerado pelo contato com informações falsas, mas não a um nível meramente intelectual. O conhecimento, de uma forma geral, pauta ações dos sujeitos na realidade, sendo assim, seriam as decisões tomadas a partir da leitura de informações falsas, as visões de mundo que são criadas e o direcionamento que os sujeitos irão pautar em suas vidas. Tanto essa tipologia quanto a anterior, a condicionante, são as duas as quais Araújo (2021) se refere e, assim como a primeira, elas não operam sozinhas, mas na verdade são partes específicas de um fenômeno mais amplo e complexo que merece a devida atenção.

5 CONSIDERAÇÕES

Nossa proposta com este trabalho é de defender um debate que se centre sob a perspectiva da desinformação enquanto um fenômeno que se organiza principalmente na superestrutura através do uso de todo o ecossistema de produção de informação como forma de enganar e manipular massas para forjar uma verdade que manterá a inércia social, dificultando especialmente levantes populares e revolucionários que visem contestar a ordem vigente.

Apesar de também acontecer em um nível social menor, que não necessariamente se liga a conflitos de classes, seu perigo está justamente no fato de que dois dos três níveis localizam-se como ou produção ou reprodução de ideais que legitimam a exploração de uma classe sobre a outra. É possível haver uma convergência entre tantas definições diferentes sobre desinformação se colocarmos a materialidade da classe em perspectiva.

Ademais, combater informações falsas e combater a desinformação são ações diferentes. Quando se fala sobre 'combater informações falsas', combate-se sua disseminação, traçamos suas origens, verificamos a procedência. O foco está nas plataformas digitais, nos critérios de validação de fontes, em filtros de busca e demais propriedades que dizem respeito à qualidade da informação e recaem muito mais sob uma via de 'minimização de danos' (sabemos que as informações falsas existem, temos consciência que elas serão compartilhadas, então vamos evitar que as pessoas se

informem por elas). Somente combater informações falsas é uma ação de abrangência restrita.

Em contrapartida, ao falar em ‘combater desinformação’, como explanado anteriormente, estaremos falando de ações voltadas a um fenômeno complexo, a todo o modo de produção de informações nas mais diferentes formas (não só no digital) e com os contextos e ideologias aos quais elas atendem – trata-se de relações cristalizadas na superestrutura.

Combater a desinformação é falar não somente das informações que são compartilhadas, mas também das condições de apropriação dessas informações pela população, a propriedade acerca dos aparelhos de produção e disseminação de informações, os sentimentos e demandas sociais aos quais suas mensagens atendem, a atuação política para além do campo informacional que possa balizar ações concretas de uma real democratização da informação, dentre outras medidas que vão muito além de um olhar focado somente nas plataformas e que demanda um trabalho organizativo conjunto.

O combate à desinformação abrange o combate a informações falsas, mas vai além, pois necessita de uma compreensão mais ampla acerca de nossa organização política e socioeconômica e uma articulação com diversos setores da sociedade que deem conta de atingir as questões estruturais que criam as condições de existência da desinformação.

É importante frisar que a desinformação em sua forma objetiva é o veículo que conecta a forma condicionante à forma subjetivada. Mas que sua adesão se dá não somente por conta dos ideais que carrega, mas para quais afetos se apela. Sendo assim, se pretendemos combater desinformação, o trabalho se dá também em investigar a quais questões esses afetos se conectam, mas, principalmente, ter em mente que esse combate não se faz somente em um ambiente acadêmico, mas sim no mundo real, na concretude das relações sociais, de forma orgânica e organizada.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos de Estado**: notas sobre os aparelhos ideológicos de Estado. 10. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2007. 128 p.

ARAÚJO, C. A. Á. Novos desafios epistemológicos para a ciência da informação. **Palavra clave**, La Plata, v. 10, n. 2, p. 1-15, abr./set. 2021. Disponível em: <http://sedici.unlp.edu.ar/handle/10915/119516>. Acesso em: 07 jun. 2022.

BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. *In*: _____. **Estética da criação verbal**. 6. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011. p. 261-306.



BRASIL. Senado Federal. **Comissão parlamentar de inquérito da pandemia**: relatório final. Brasília, DF: Senado Federal, 2021. 1287 p. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2021/10/relatorio-final-renan-calheiros-cpi.pdf>. Acesso em: 26 dez. 2022.

BUCCI, E. News não são fake – fake news não são news. *In*: BARBOSA, M. (org.). **Pós-verdade e fake news**: reflexões sobre a guerra de narrativas. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019. p. 37-48.

BUCKLAND, M. **Information and society**. Massachusetts: MIT Press, 2017. 217 p.

CENTER FOR COUNTERING DIGITAL HATE. **The anti-vaxx industry**: how big techs powers and profits from vaccine misinformation. [S.l.]: CCDH, 2020. Disponível em: <https://counterhate.com/research/the-anti-vaxx-industry/>. Acesso em: 11 set. 2022.

CAPURRO, R. Epistemología y ciencia de la información. **Enl@ce**: revista venezolana de información, tecnología y conocimiento, [s.l.], v.4, n.1, p. 11-29, jan./abr. 2007. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2281778>. Acesso em: 08 dez. 2022.

CAPURRO, R.; HJORLAND, B. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.12, n.1, p. 148-207, jan./abr. 2007. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/54/47>. Acesso em: 03 mar. 2022.

DANTAS, M. Economia política da informação e comunicação em tempos de internet: revisitando a teoria do valor nas redes e no espetáculo. **Liinc em revista**, Rio de Janeiro, v.8, n.1, p. 283-307, mar. 2012. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/download/3356/2963/8294>. Acesso em: 08 dez. 2022.

EAGLETON, T. **Ideologia**: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 1997. 204 p.

FALLIS, D. What is disinformation?. **Library Trends**, [Baltimore], v. 63, n. 3, p. 401-426. jan/mar. 2015. Disponível em: <https://arizona.pure.elsevier.com/en/publications/what-is-disinformation>. Acesso em: 05 de abr. 2021.

HARNECKER, M. **Os conceitos elementais do materialismo dialético**. [S.l.]: [s.n.], 1973. 317 p.

LÊNIN, V. I. **O que fazer?**: questões candentes de nosso movimento. São Paulo: Boitempo, 2020. 222 p.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008. 288 p.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007. 614 p.

PROCESSO de trabalho. *In*: BOTTOMORE, T.; GUIMARÃES, A. M. **Dicionário do pensamento marxista**. São Paulo: Zahar, 1988. *e-book*.

SILVA, J. L. C. Informação e ideologia: diálogos filosóficos no âmbito do proselitismo informacional. **LOGEION**: filosofia da informação, Rio de Janeiro, v.2, n.1, p. 72-89, set. 2015/fev. 2016. Disponível em: <https://revista.ibict.br/fiinf/article/view/1477>. Acesso em: 18 nov. 2022.

SANTOS-D'AMORIM, K.; MIRANDA, M. K. F. de O. Informação incorreta, desinformação e má informação: esclarecendo definições e exemplos em tempos de desinfodemia. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Florianópolis, v. 26, p. 01-23. jan. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/76900>. Acesso em: 21 abr. 2023.

VOLÓCHINOV, V. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2018. 369 p.

WARDLE, C.; DERAKHSHAN, H. **Information disorder**: toward an interdisciplinary framework for research and policy making. Strasbourg: Council of Europe, 2017. 107 p. Disponível em: <https://edoc.coe.int/en/media/7495-information-disorder-toward-an-interdisciplinary-framework-for-research-and-policy-making.html>. Acesso em: 14 abr. 2020.

NOTAS

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento desta pesquisa.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Concepção e elaboração do manuscrito: W. A. L. Santos

Coleta de dados: W. A. L. Santos

Análise de dados: W. A. L. Santos, H. M. Pajeú

Discussão dos resultados: H. M. Pajeú, W. A. L. Santos

Revisão e aprovação: H. M. Pajeú

Caso necessário veja outros papéis em: <https://casrai.org/credit/>

CONJUNTO DE DADOS DE PESQUISA

Todo o conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

FINANCIAMENTO

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica

CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica

LICENÇA DE USO

Os autores cedem à **Encontros Bibli** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/) (CC BY) 4.0 International. Esta licença permite que **terceiros** remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os **autores** têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação. Publicação no [Portal de Periódicos UFSC](https://portal.periodicos.ufsc.br/). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES

Edgar Bisset Alvarez, Ana Clara Cândido, Patrícia Neubert, Genilson Geraldo, Jônatas Edison da Silva, Mayara Madeira Trevisol.

HISTÓRICO

Recebido em: 17-06-2023 – Aprovado em: 14-12-2023 - Publicado em: 23-02-2024

